

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (CTC)

16.10.2019

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (CTC)

16.10.2019

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª reunião ordinária da Comissão de Transportes e Comunicação da primeira sessão legislativa da 19ª Legislatura. Registro, com muito prazer, a presença dos nobres deputados: deputado Rodrigo Gambale, deputado Tenente Coimbra, deputado Vinícius Camarinha, deputada Analice Fernandes, deputado Léo Oliveira, deputado Roberto Moraes. Registro também a presença do deputado Coronel Nishikawa e deste presidente que vos fala, Ricardo Madalena. Solicito à secretaria a leitura da Ata da reunião passada.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputada Analice Fernandes.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Para solicitar a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pedido regimental de Vossa Excelência. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Pedido aprovado.

Ordem do dia: Projeto de lei para deliberação não conclusiva. Item 1 – Projeto de lei 199/2019, do autor deputado Rogério Nogueira: dispensa de prévia autorização à utilização de veículos destinados ao transporte escolar durante o final de semana, feriados e férias escolares no âmbito do Estado.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputada Analice Fernandes.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Gostaria de pedir vista do Projeto.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputada Analice Fernandes. É regimental o pedido de Vossa Excelência. Concedida vista do item 1.

Item 2: Projeto de lei 311/2019, autor deputado Douglas Garcia, altera a redação do artigo 25 da lei 13.296/08 que dispõe sobre as consequências do inadimplemento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, ou seja, IPVA, inserindo dispositivo complementar. Relator: deputado Vinícius Camarinha; voto favorável.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Pela ordem, presidente. Também gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - É regimental o pedido de V. Exa., concedido vista do item 2. Mais alguém quer vista? Porque senão eu fico prejudicado de estar lendo aqui, e aí faz o pedido e a gente vai perder um certo tempo, sendo que nós temos duas oitivas ainda hoje.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Mais um pedido de vista: os projetos de lei de deliberação do item 10, requerimento número 23, vista.

O SR. TENENTE COIMBRA - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Item 10, pedido de vista, deliberação. É regimental o pedido Vossa Excelência. Concedida vista.

Com a palavra, deputado Tenente Coimbra.

O SR. TENENTE COIMBRA - PSL - Gostaria de pedir vista conjunta do item 2, por favor.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Item 2, concedida vista conjunta. Quem mais? Mais algum?

Dando sequência, item 3: Projeto de lei 502/2019, autor deputado Agente Federal Danilo Balas, altera o caput dos parágrafos 1, 2 e 3 e do artigo 21 da lei 13.296 de 23

dezembro 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores. Relator: deputado Cezar. Voto favorável ao Projeto com emenda e ora proposta. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. Aprovado o voto do relator.

Item 4: Projeto de lei 788/2017, autor: deputado Itamar Borges da denominação de Prefeito Vandir ao dispositivo de acesso e retorno do tipo trevo em relevo localizado no quilômetro 16 da Rodovia Raul Forchero Casasco, SP-419, em Alto Alegre. Relator: deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. Voto favorável. Conclusivamente ao projeto com emenda apresentada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Encerrada a discussão; não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 5: Projeto de lei 993/2017, deputado Junior Aprillanti, autor. Da denominação de Pastora Ana Lúcia Conceição Santos à rotatória localizada no quilômetro 181 mais 500 metros da Rodovia Geraldo de Barros, SP-304, em São Pedro. Relator: deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor: voto favorável conclusivamente na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator permaneçam com se encontram. Aprovado o substitutivo apresentado pela CCJR e prejudicado o Projeto como originalmente apresentado.

Item 6: Projeto de lei 159/201. Autor: deputado Carlão Pignatari. Da denominação de Valter Sobian ao dispositivo SPD 095/461 localizado no entroncamento das rodovias SP-310 e SP-461 em Nhandeara. Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor relator. Voto favorável conclusivamente na forma do substitutivo proposto pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator permaneçam como se encontram. Aprovado o substitutivo apresentado pela CCRJ e prejudicado o Projeto originalmente apresentado.

Quero registrar a presença do deputado Xerife do Consumidor, Jorge Wilson.

Item 7: Projeto de lei 522/2018, deputado Léo Oliveira, autor. Dar a denominação de José Delibo à passarela localizada na via de acesso ao Trevo Waldo Adalberto da Silveira, mais conhecido como Trevão, em Ribeirão Preto. Relator, quem acaba de

chegar, deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. Voto favorável conclusivamente na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator permaneçam como se encontram. Aprovado o substitutivo pela CCJR e prejudicado o Projeto como originalmente apresentado.

Item 8: Projeto de lei 116/2019, autor: deputado Roberto Engler. Denomina Mariana Cândida Alves, Dona Marianinha, ao dispositivo de acesso da SP de 010/345 localizado na Rodovia Engenheiro Ronan Rocha em Itirapuã. Autor: deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. Voto favorável conclusivamente na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator permaneçam como se encontram. Aprovado o substitutivo apresentado pela CCJR e prejudicado o Projeto como originalmente apresentado.

Item 9: Projeto de lei 287/2019. Autor: Deputado Mauro Bragato. Denomina Florêncio Barras Novilha o dispositivo em desnível localizado no quilômetro 470 da Rodovia Assis Chateaubriand, SP-425, no trecho entre Presidente Prudente e a divisa do estado do Paraná. Relator: deputado Léo Oliveira. Favorável conclusivamente na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão: não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator permaneçam como se encontram. Aprovado o substitutivo apresentado pela CCJR e prejudicado o Projeto como originalmente apresentado.

Item 10. Há um pedido de vista e, para ciência, vou dar por lido aqui. Se quiser tomar conhecimento, está na secretaria desta Comissão.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Rodrigo Gambale.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Uma boa tarde a todos os presentes hoje aqui nesta Assembleia, mas eu só queria registrar a presença do prefeito de Capela do

Alto, Kéke, grande parceiro, desenvolve um grande trabalho na cidade. O Neto, vereador, e todos os amigos lá de Capela do Alto que estão aqui. Muito obrigado. Um abraço, prefeito.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sejam bem-vindos a nossa Comissão, o Executivo e o Legislativo de Capela do Alto. Dando continuidade, eu convido para compor a Mesa dos nossos trabalhos... Antes, registrar a presença do deputado Alex de Madureira.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Obrigado, presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Nós que agradecemos a presença.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Para registrar, Sr. Presidente, ele tem 100% de presença em todas as comissões da Casa.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Parabéns, Alex, seja bem-vindo aqui nesta Comissão.

Convido para a oitava, nós convidamos, o Sr. Alberto Silveira Rodrigues, diretor de operações da Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo) para compor a Mesa. E convido também o Sr. Alexandre Franhan de Moraes, coordenador de operações do DER, para que componha a Mesa junto com o Sr. Alberto, perante à Comissão, com objetivo de prestar esclarecimento sobre os radares nas rodovias estaduais.

Eu quero aqui relembrar que, 15 dias atrás, nós tivemos uma reunião com esta Comissão em que nós discutimos a questão dos radares fixos que compõem as rodovias concessionadas e não concessionadas que estão na jurisdição do DER para que redimissem dúvidas que surgiram, principalmente na Raposo Tavares, na região de Embu e Taboão – mais especificamente do Rodoanel, que é a região da grande São Paulo, ali onde se faz presente a deputada atuante Analice Fernandes. Então, atendendo a um pedido da deputada Analice. E também da Rodovia Castelo Branco, quilômetro 315, que foi objeto de muita discussão nesta Comissão.

Eu quero passar a palavra para o plenário, para os pares que aqui estão, para inscrição. Quem quer fazer uso dela? Analice e Roberto.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Eu tenho uma gravação de TV agora às 3:30 – eles já me ligaram –, é uma gravação de 15 minutos daquele “Café com o deputado”. Eu desço e subo. Eu queria só deixar um questionamento – eu já falei aqui com o nosso Coronel: amanhã, o nosso major Golini, que é o major do BAEP número 10, que será inaugurado em Piracicaba no dia 16 de dezembro, estará com ele para tentar resolver a questão de um acesso à rodovia do Tietê. É a pior concessionária do mundo, pior do mundo. O Sebastião não tem culpa nenhuma, ele foi o primeiro presidente, ele fez a obra do nosso Rodoanel lá, e eu já falei isso na frente dele, ele sabe o que eu penso.

Quem nasceu em charqueada, de parteira, corta a papa da língua e corta o cordão umbilical junto, você sabe como é que é. Então, só para colocar aqui, eles foram lá hoje de manhã – os engenheiros foram lá – e aí eles disseram que é só a Artesp determinar que a gente faz. Eles não fazem nem o que está no contrato, imagina fazer um acesso que não está no contrato. Até ir para o Palácio, o governador fazer o projeto, o governador autorizar e eles começarem a obra, nós não estaremos mais aqui. A verdade é essa. Eles estão aqui no sétimo ou oitavo ano de contrato – só para constar aqui, eu sei que você já está sabendo.

Vamos tentar amanhã, com o major Golini, uma solução, talvez via Prefeitura, porque é um acesso de 50 metros para a Rodovia do Açúcar, na entrada de Piracicaba, do bairro São Francisco. Tem um barranco de dez metros de altura. São 32 viaturas do BAEP, são 52 cidades que o BAEP vai atender com o comando em Piracicaba. Então, nós gostaríamos de tentar essa solução. Já falei com o prefeito Barjas também e, se depender da concessionária, a obra não vai sair. Então, apenas eu sei o que eu faço nessa reunião de amanhã com o major Golini. Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Mais algum inscrito para falar? Vinícius Camarinha. Alguém mais? Vou passar a palavra para a deputada Analice Fernandes.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Eu cumprimento todos os deputados que fazem parte aqui da Comissão e os que nos visitam na tarde de hoje. Presidente Ricardo, que dirige com maestria esta Comissão.

Agradeço novamente a presença do Dr. Alberto, que não teve oportunidade quando foi indagado sobre as questões do Rodoanel e deixou uma dúvida para conosco

com relação à colocação dos pontos de radares no Rodoanel aqui na alça sul, que pega de Embu das Artes até São Bernardo do Campo, e sobre a manutenção desse trecho, especificamente, onde eu sou cobrada diuturnamente pela população daquela região. Então, minha primeira pergunta: qual é a concessionária responsável por esse trecho do Rodoanel?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Trecho sul e leste são de competência da SPMAR.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Dentro da competência da SPMAR, quem define, Sr. Alberto, os pontos onde serão instalados os radares em cada trecho de rodovia?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Todos os pontos são homologados pelo DER. A concessionária, através de levantamento de locais críticos, faz o seu estudo e submete ao DER, que homologa os locais.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - O senhor Alexandre, que está ao seu lado, concorda com essa fala do Sr. Alberto?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Concordo.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Sabendo que é de responsabilidade do DER a instalação desses radares, a minha pergunta para o senhor é: por que os radares foram desligados nesse trecho do Rodoanel e colocados diuturnamente radares móveis – aqueles radares que você vê um carrinho estacionado na marginalzinha do Rodoanel – e o radar efetivamente em pontos estratégicos multando as pessoas que passam pelo Rodoanel?

O radar tem uma missão exclusiva de educação de trânsito, deputado Camarinha. Por que desligar os radares fixos? Todo mundo conhece os pontos colocados de radares nesse trecho – e não são poucos, são vários pontos de radares. Eles foram desligados e foram colocados os radares móveis. E, se foram desligados, por que não houve fiscalização por parte do órgão responsável pela concessionária que cuida desse trecho e que não cumpre com o contrato feito com o Governo do Estado?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - O DER funciona da seguinte maneira: nós fazemos contratos com empresas terceirizadas para operar os radares fixos, radares estáticos e radares portáteis. Os portáteis são operados pela polícia, mas os estáticos nós fizemos alguns contatos com algumas empresas – e são diversos contratos, não somente um contrato – e especificamente o contrato do radar fixo encerrou e nós estamos reativando o contrato agora por inúmeras questões financeiras. Por inúmeras questões que o DER passa, nós estamos reativando o contrato agora.

Como o índice de acidente é alto, nós realocamos alguns com alguns equipamentos estáticos para continuar com a fiscalização. Realmente o radar é para inibir, é para reduzir o acidente, mas a obrigação do Estado é educar não somente naquele ponto, mas ele tem que obedecer a velocidade em todo o trecho, ele tem que ser pego, surpreendido praticamente. Ele não pode ser pego naquele ponto específico, porque ele vem, freia naquele ponto e continua com excesso de velocidade.

Nós já estamos realizando os contratos dos fixos. Nós vamos realocar os radares novamente, e esses também têm uma tecnologia que é OCR: ela lê a placa do carro e informa para a Polícia se tem roubo, ou furto, enfim.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Então, o senhor concorda que, por falta desse contrato dos radares fixos, existindo esse contrato do radar estático e portátil, esse recurso arrecadado, qual é o destino dele?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Essa já não é minha competência.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - De quem é?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - É do DER, mas não é na minha área operacional.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Mas o senhor não sabe responder para onde vai?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Não vou te afirmar para onde vão esses recursos. Pode mandar em pauta ao Arthur Xavier, que fica na diretoria administrativa do órgão. Ele que pode falar melhor sobre isso aí.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - A finalidade do radar fixo, o senhor poderia repetir?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - É educar e reduzir o acidente.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - A concessionária não tem nada a ver com a colocação desse ponto de radar fixo?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - O contrato da concessionária é colocar. Por exemplo: você faz um número de dez equipamentos fixos. Quem determina o ponto onde vai ser colocado é o DER. Nós fazemos o estudo e nós levantamos os acidentes e nós definimos: vai ser nesse local.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Qual a competência? Eu vou pedir a palavra, deputada Analice, para complementar vosso questionamento. Qual a competência e o que cabe à Artesp na execução dos radares fixos?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Nós temos diferenciação nas etapas de concessão. Na primeira etapa, coube à Artesp e às concessionárias adquirirem, fazerem a manutenção e implantarem os equipamentos e cederem ao poder concedente, cederem ao DER.

Na segunda etapa das concessões, além da implantação e de fazer a calibragem e fazer a conservação, as concessionárias também operam esses equipamentos, os estáticos, e esta operação dos estáticos se dá mediante escala do DER, ou seja: a concessionária apresenta os locais já homologados pelo DER, o DER ratifica e diz que pode fazer em tal dia e tal hora, tudo sobre controle e tudo administrado e controlado pelo próprio DER. Não fica ao sabor da concessionária colocar o radar onde ela quiser colocar. Esta colocação desse radar estático antecede a uma escala proposta sim, às vezes, pela concessionária, mas ratificada e homologada pelo próprio DER.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Mas, Dr. Alberto, o senhor me permite, presidente?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Com a palavra, a deputada Analice.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Sendo assim, o Sr. Alexandre acabou de dizer que, na explicação dele, que é importante que o radar fique escondido mesmo, porque a finalidade é ficar mesmo no local bastante escondido porque, já que é para penalizar o motorista que corre muito, ou também para educar as pessoas, porque ali tem muitos acidentes. Então, seria justo que fossem colocados em pontos estratégicos.

Acontece que, quando se coloca radares em pontos estratégicos, o Código de Trânsito – não é, Xerife do Consumidor? – deveria estabelecer: “Olha, devem ser colocados radares bem escondidos; se possível, atrás de qualquer placa ou árvore para que ninguém veja mesmo, para que seja multado”. Então, o Código de Trânsito não mandaria colocar placas disponibilizadas em todas as rodovias avisando: “esta rodovia é acompanhada e fiscalizada”. Então, eu acho que esse tipo de estratégia, vamos chamar assim, ela é questionável, você não acha?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Então, só relembrando que a ideia do radar estático é educar o motorista a andar na velocidade da via em qualquer circunstância.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Então, coloca de quilômetro em quilômetro que você vai estar educando; que não é justo é colocar escondido na curva.

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Não é escondido na curva.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Mas é assim no Rodoanel.

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Nós seguimos o Código. Depois de uma placa de regulamentação, que é aquela placa de velocidade, nós temos até dois quilômetros para fazer fiscalização. Após dois quilômetros, nós não fazemos. Então,

ele não fica escondido em qualquer lugar, ele tem um ponto estudado para ser fiscalizado. Geralmente, aquele ponto é um alto índice de acidente, ali ele não vai ver um radar fixo, mas ele fica inibido para saber onde que vai ser multado; ele corre todo aquele trecho sem saber.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Alexandre, nesse trecho do Rodoanel, além do portátil, tem o estático e, do outro lado, alguns fixos, de um lado só. Do outro foi desligado.

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Portátil que você fala é a pistolinha?

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - O portátil que é o policial lá te filmando, e tem aquele que fica perto do posto policial também, e tem outro que é o carro estacionado na lateral. É uma indústria da multa. É um absurdo. Aliás, é uma vergonha.

Eu pedi para que o senhor viesse para esclarecer para onde vão os recursos arrecadados com as multas nesse trecho do Rodoanel, uma vez que quem usa esse trecho só se depara com buracos. Isso causa acidente, isso causa problema para as pessoas se são trechos perigosos. Vai lá e cobra a SPMAR para fazer a manutenção, porque ela não cumpre o seu contrato. Então, nós precisamos dar essa resposta para a população que está sendo lesada constantemente usando esse trecho do Rodoanel.

A minha indignação é esta: é o exagero de colocação de radares que eu chamo de móvel e o senhor chama de portátil ou estático, sei lá o quê, mas que se dê conta e se instalem os radares fixos. Acho importante, e o motorista tem que respeitar a velocidade, eu sou a favor de que respeite mesmo, sou a favor da diminuição de acidentes nas estradas, mas sou a favor de que as concessionárias cumpram aquilo que é da competência delas e que o Estado faça a sua fiscalização, e não corpo mole ou dando uma de cego em todos os momentos. Tem que cobrar, tem que exigir, e não é justo esse tipo de trabalho, o tempo todo alegando que houve rompimento de contrato. Exagera-se na cobrança de multas de trânsito dessa forma. Absurdo.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - A deputada me concede um aparte?

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Claro, deputado.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Com a explicação do Sr. Alexandre de Moraes, eu acabei de entender as iniciais do DER, deve ser “Devemos Esconder os Radares”, porque, pelo meu entendimento, o radar surgiu como lombada eletrônica, que as lombadas que são proibidas e foram substituídas pelos radares justamente para se reduzir a velocidade dos veículos. Aí, depois, começaram a colocar os radares fixos, que teriam que vir com placas comunicando o local deles para valer a multa. Agora, dizer que a ideia é realmente colocar radar escondido para multar o usuário em um ponto muito perigoso ou para caracterizar a alta velocidade dos veículos, isso não justifica, porque se tem alto índice de acidente, foi o que a deputada Analice disse: é porque, provavelmente, não tem a comunicação visual na estrada ou a qualidade das estradas não está adequada, ou porque não muda aquele ponto, não faz uma alteração na própria rodovia para que não haja esse alto índice de acidentes. Acredito que a sua resposta foi muito até infeliz.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Deputada Analice, o Xerife do Consumidor havia pedido um aparte e nós vamos conceder, tudo bem?

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Sim, é um prazer ouvir o Xerife.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Depois voltamos a palavra à Vossa Excelência.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Eu cumprimento os meus pares aqui. Primeiro, nosso presidente, que com muita maestria tem conduzido esta Comissão.

Deixa-me bastante triste ouvir o que o senhor Alexandre Franhan de Moraes acaba de dizer, que o objetivo realmente da colocação desses radares é estarem escondidos da população, do usuário, fazendo com que o usuário não veja, mesmo. É um balcão de multas, é um mercado de multas, o cidadão, dentro do estado de São Paulo, paga para tudo: paga o IPVA, paga o pedágio e ainda é surpreendido. Quer dizer: se o objetivo é cuidar e educar, por que nesses lugares de alta periculosidade e curvas perigosas, você

deixa um radar escondido? Qual é o benefício? Onde que ele vai prevenir qualquer tipo de acidente?

Gostaria de perguntar para o Alexandre, se o Alexandre pudesse responder para nós: já que o objetivo é esse mesmo – deixar o radar escondido onde a população não veja, onde o motorista não consiga chegar e visualizar esse radar – onde que estaria prevenindo esse acidente? Fale para a gente, por favor, para esta Comissão.

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Boa tarde, Xerife. O que acontece: nós temos alguns perfis de usuários. Por exemplo: você pega um usuário que sempre frequenta aquela rodovia, que sempre passa por aquela rodovia, e ele vai saber onde está o ponto fixo. Os usuários que não frequentam aquela rodovia, sim, eles vão segurar a velocidade. Qual que é a ideia do radar estático? Não é que ele é escondido, ele não é visível; na verdade, como ele fica ao lado da defesa metálica, por ser uma proteção por vandalismo. O que acontece é que ele pega a moto, que é uma categoria de veículo que é difícil de você pegar pelo fixo porque ela fica sempre no meio da faixa e o laço, geralmente, não pega a moto e esses radares estáticos, por serem infravermelhos, eles pegam as motocicletas e, para aqueles usuários que sempre frequentam a rodovia, diariamente ou semanalmente, já deixa o ponto manjado.

O radar estático é efetivo. Ele reduziu bastante o número de acidentes, com mais de 30% da redução de acidente onde nós aplicamos os radares estáticos. Realmente, a preocupação do órgão é reduzir o acidente e educar o usuário, jamais para ser uma indústria de multas.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Mas, você concorda que você acaba de dizer para nós, há pouco aqui, que o objetivo é que o radar ficasse realmente longe de uma visualização e dificultando a visão do motorista? Hoje, ele não tem condições de encontrar esse radar e ser surpreendido depois com uma multa?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - O que acontece: esta modalidade...

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- É isso, não é, que você respondeu aqui agora há pouco?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - O que acontece...

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Você ratifica o que você falou ou você retifica?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Quando o usuário não sabe onde existe o equipamento, ele vai andar na velocidade na rodovia inteira, na velocidade regulamentada; não quer dizer que o objetivo é ficar escondido para haver arrecadação. O objetivo é outro: o objetivo é evitar acidente, o objetivo é que se eduque e ande na velocidade correta.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - E por que vocês não renovaram os fixos?

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Justamente, Alexandre. O amigo, como coordenador de operações do DER, falando para nós que o motorista em uma estrada, em um local que coloca em risco e que tem o maior grau de risco de acidentes, você deixar esse radar ali escondido, achando que desta forma está educando o motorista, ele vai receber uma autuação. E se acontecer um acidente naquele momento? Qual foi a informação que o Estado deu para este cidadão para que se evite esse acidente?

E tem a questão das concessionárias, que não estão fazendo o seu papel, estão só cobrando. Estão cobrando as taxas e estão cobrando pedágio e não dá a contrapartida, não dá prestação para o consumidor que paga os seus impostos e paga de todas as formas, pagando através do IPVA, através do seu pedágio.

Sr. presidente, eu gostaria de avocar à V. Exa. porque eu acho que a coisa tem que ser mais além. Esta Comissão tem que sair para a fiscalização; esta Comissão tem que ir in loco e constatar o que a deputada está colocando; e não é só no trecho da alça sul do Rodoanel que tem acontecido muito, e a agência que nós temos, que é para regular essa relação entre o cidadão e o poder público estadual, não está fazendo o seu papel, não está cumprindo o seu papel.

Na verdade, infelizmente existe o quê? Rescisão de contrato. Cobra-se do consumidor, cobra-se do povo. Existe qualquer problema de agência reguladora e quem

paga a conta é o povo. Então, é o povo que paga a conta, o povo do estado de São Paulo só paga e não tem condições nem de ter o tal preventivo. Quer dizer: se é para educar o trânsito, deputada Analice Fernandes, vamos educar porque nós temos que prevenir os acidentes, não é, deputados desta Comissão? Se é prevenir acidentes, as informações têm que ser claras, precisas e ostensivas, para que a pessoa e para que a população e, para que o motorista, tenham condição de saber.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Então, uma vez que o Sr. Alexandre afirmou que os radares são colocados, esses estáticos, em pontos estratégicos de maior quantidade de acidentes, todo mundo sabe, quem passa por ele, por esse trecho do Rodoanel, da falta de manutenção. Não existe coisa pior do que buraco na estrada para causar acidentes, mas optam por colocar o radar e não tapar o buraco.

Qual é a responsabilidade de vocês na cobrança da SPMAR pela manutenção desses trechos que estão também uma vergonha? Qual a situação financeira da SPMAR e por que ela não cumpre o que preconiza o contrato?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Antes de passar a palavra ao Sr. Alberto, nós temos uma lista de inscrição. A Analice que está com a palavra já venceu o seu tempo. Vinícius Camarinha, Rodrigo Gambale e Xerife do Consumidor; após, o senhor pode responder. Nós vamos passar a palavra ao Vinícius Camarinha; em sequência dessa lista, a deputada Analice, se quiser se inscrever de novo, com todo prazer terá novamente a palavra.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Com a palavra, o deputado Vinícius Camarinha.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - Me permita uma sugestão presidente, foi com a concordância dos colegas: não seria melhor nós fazermos as perguntas e eles anotarem? E daí, no final, os diretores respondem as perguntas e, se houver dúvida, a gente depois faz a réplica. É porque, às vezes, tem perguntas que podem ser respondidas ou tem perguntas similares.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Eu vou fazer o seguinte: eu vou tomar uma atitude de ele responder o que a Analice...

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - Porque nós vamos começar a pedir aparte ao colega e vamos estender demais.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Fica bom assim, a sugestão do deputado Vinícius. Eu só vou pedir para o Sr. Alberto Rodrigues estar respondendo o que a Analice questionou nesse momento e que formatou a pergunta, e aí nós vamos agir dessa forma com a palavra voltando ao deputado Vinícius Camarinha. Com a palavra, o Sr. Alberto.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Deputada, na realidade, enquanto diretor de operações eu não tenho detalhes referentes à conservação da rodovia, haja vista que o aspecto de conservação é feito pela diretoria de investimento, é uma outra diretoria. Mas, entre os diretores, quando a gente se reúne, ou seja, é voz corrente entre nós de que várias notificações em desfavor da SPMAR foram emitidas.

Mas essa parte da fiscalização dessa autuação está adstrita, então, como é uma outra diretoria que não é a minha, eu prefiro não responder de maneira a não criar embaraços ou, de repente, dar uma informação que não seja verdadeira.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Eu gostaria de questioná-lo, aproveitando a pergunta da deputada Analice: o senhor, como diretor de operações, não percorre os trechos, independentemente de ser outra diretoria que cuida da parte de manutenção verde, cinza?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Eu percorro a cada ano os trechos e eu visito as 20 concessionárias pessoalmente. Vejo evidentemente que as circunstâncias das concessionárias têm um prazo de recuperação de fazer a sua conserva, e, quando eu saio para a rodovia, realmente eu me atendo, sim, aos detalhes da minha diretoria, que se reporta ao aspecto de sinalização, retrorrefletância, taxas, elemento de segurança e assim por diante.

Claro que, quando se encontra uma panela ou ondulação, alguma coisa, a gente comunica, então, a outra diretoria para que ela acione a concessionária para que faça o reparo no tempo que está previsto em contrato.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - A SPMAR faz parte do escopo da diretoria do senhor de fiscalizar sentido de operações, concorda? Qual a última visita que o senhor fez no trecho do Rodoanel?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Eu passei pelo Rodoanel funcionalmente tem questão de uns seis meses, quando nós fizemos a visita. Pessoalmente e familiarmente eu passo a cada dez dias porque eu desço até o litoral, eu moro na região da Castelo Branco.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Então, eu acho que a deputada Analice foi prejudicada com a sua resposta e não tem conhecimento. Se o senhor passa a cada dez dias, independentemente de ser visita oficial ou não, o senhor é servidor público e é pago com dinheiro dos nossos contribuintes. Com a palavra, o deputado Vinícius Camarinha.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - Presidente e nobres colegas, saudar o senhor nobre coronel Alberto Silveira Rodrigues, diretor de operações da Artesp; o Sr. Alexandre Moraes, coordenador de operação do DER; Sebastião Ricardo Carvalho Martins também diretor da Artesp, todos que se encontram nesta Comissão; prazer recebê-los.

Presidente, algumas indagações: eu estou junto com alguns colegas aqui em uma cruzada contra os radares caça-níqueis e quero deixar bem claro: é radar caça-níquel. Eu sou totalmente favorável ao controle de velocidade, que nós possamos proteger os trabalhadores e as pessoas que são usuárias das rodovias, as famílias; os excessos devem ser coibidos e devem ser punidos. Mas, aqui, eu acho que nós precisamos estabelecer um limite razoável entre o poder punitivo e o bom senso para fazermos um trabalho educativo.

O que eu percebo é um exagero, e isso está em todos os cantos do estado de São Paulo, os reclames da população, por nós representada aqui na Assembleia, desses exageros nas nossas rodovias. É praticamente impossível, mesmo com prudência, você

realizar uma viagem para o interior e não ser multado. É praticamente impossível, estou dizendo com prudência, com prudência, e aí são os caça-níqueis que nós estamos nessa cruzada, e aqui eu quero aproveitar a oportunidade para fazer algumas perguntas aos diretores da Artesp, que é a agência reguladora responsável para tomar as providências em relação a esses abusos.

Primeiro, eu tenho Projeto de lei aqui, inclusive está sendo discutido na Finanças e Orçamento, que proíbe radares nas praças de pedágio e no Sem Parar. Importante: não pode passar em alta velocidade, é um absurdo, vai matar pessoas, perfeitamente; mas, não pode ser a única alternativa à medida punitiva. Não é possível que nós não temos capacidade técnica de encontrar uma outra solução que não a punitiva. Ou seja: qualquer usuário que passar na praça de pedágio a 41 quilômetros por hora vai ser multado, essa é uma preocupação que nós temos, e eu tenho um Projeto de lei proibindo este radar na praça de pedágio. Aqui nós devemos fazer, no Projeto de lei, um apontamento para que os técnicos do DER e a Artesp encontrem uma solução senão a punitiva.

Então, eu gostaria de saber quantos pedágios existem e quantos radares existem hoje nas praças de pedágios. E se existem, quantos estão em funcionamento?

Só para terminar, presidente, eu já faço todas as perguntas e fica mais fácil. As empresas terceirizadas são as responsáveis pela operação dos radares, são empresas terceirizadas que operam esses radares? Se elas operam, qual é a modalidade de contrato? Eles ficam com uma parte da multa? Existe um limite para que essas empresas trabalhem? Qual é o planejamento e a negociação privada entre uma parte da multa para a empresa e para o Estado? Como é que funciona essa composição de contrato entre as empresas privadas e a operadora de radares e o Estado?

Eu também queria aproveitar, presidente, para fazer uma denúncia verbal aos membros da Artesp, e isso verifiquei in loco. Eu estava no contorno da SP-294, no contorno de Marília, e estava sendo realizado um serviço de tapa buraco de péssima qualidade. Eu passo nessa rodovia frequentemente e é de péssima qualidade; além de haver pouca sinalização, um horário perigoso, o serviço que eu parei para verificar, o serviço que estava sendo executado, e, após a execução, deixavam degraus no serviço, no tapa buraco, de péssimo uso.

Depois, de nível de conforto da rodovia, eu queria fazer uma denúncia aqui à Artesp para que tomasse providência em relação a um tapa buraco realizado há uns 15 dias na rodovia, no contorno em Marília. Até sugeriria um recapeamento, porque é

intransitável hoje a rodovia; a quantidade de serviço de tapa buraco e, se fizer malfeito, pior ainda. Então, eu queria aproveitar a oportunidade para fazer essa denúncia.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Obrigado. Com a palavra, o deputado inscrito, Rodrigo Gambale.

O SR. RODRIGO GAMABALE - PSL - Presidente, primeiramente eu queria deixar uma pergunta, e aí eu dependeria de outro questionamento através da resposta desta pergunta: se existe uma distância mínima, na mesma rodovia, e qual seria a resolução e a lei que implica nisso? E, sobre a fala do Sr. Alexandre, muitos acidentes – porque eu fiz uma rápida busca, uma procura no Google – acontecem também nas rodovias por causa dos radares escondidos: o motorista, ao ver o radar em cima da hora, não percebe em que velocidade ele está e o automático do cérebro dele, da inconsciência, já põe o pé no freio porque ele acha que vai tomar uma multa; até porque as estradas têm uma velocidade e elas baixam bruscamente e, de repente, tem um radar.

Eu tomei uma multa agora, nesse final de semana, na sexta-feira, na divisa de São Paulo com Minas Gerais, onde eu fui em um casamento, na rodovia que termina ali de Guará para a entrada de Minas Gerais. Bem na divisa, tem um radar na divisa o qual você vem a 110 quilômetros por hora – não é trecho urbano –, você entra na divisa e o radar reduz para quilômetros por hora, de 110 quilômetros por hora para 50 quilômetros por hora. Eu tirei fotos porque eu vou recorrer disso.

Eu estava a 100 quilômetros por hora e eu não imaginava. E, quando eu tomei a multa, eu tomei a multa a 64 quilômetros por hora. Eu tive de frear bruscamente quando eu percebi que o Waze estava dizendo que era 50 quilômetros por hora, porque antes era 110 quilômetros por hora. E aí, depois que você anda 100 metros, volta a 110 quilômetros por hora. Eu tirei foto para provar que não é trecho urbano, não tem nenhuma residência, não tem nenhuma pessoa, não tem nenhuma indústria no entorno. Então, isso não justifica.

O que o Camarinha acabou de dizer agora, que é um caça-níquel, que é uma indústria de multas, eu não tenho a menor dúvida, até porque, em 2018, já foram multados 3.943.177 motoristas e, em 2019, até abril, 1.110.158 motoristas, e isso prova que 50% dos motoristas de São Paulo já foram multados por excesso de velocidade – e esses dados se dão somente com velocidade até 20%. Se você está em uma estrada de 50 quilômetros por hora, se você passa a 60 quilômetros por hora já passou os 20% e aí você já toma uma multa gravíssima neste País, o que faz você perder a habilitação, porque, quando toma

gravíssima, multiplica sete por três, o que dá 21 pontos, conta que é feita quando você toma multa gravíssima e você acaba perdendo a habilitação.

E outra coisa: eu vi um outro dado de que 11% dos acidentes fatais em São Paulo, através da Polícia Rodoviária, não são só por alta velocidade, são por baixa velocidade também. Então, isso não implica somente nos acidentes por radar; mais uma vez, isso prova que são caça-níqueis nas estradas e sempre em locais escondidos. O risco do acidente iminente, quando você enxerga um radar, ou aqui dos que dirigem, você nem percebe a velocidade que está; mas, só quando você, de relance, automaticamente, seu subconsciente nos remete a pôr o pé no freio. Isso tem causado muito acidente, pode procurar no Google que vocês vão achar diversos acidentes.

Pôr radares escondidos, que o motorista vê em cima da hora e, motocicleta que toma multa, é muito difícil; e a moto – porque a maioria dos radares que pegam de frente, e a moto não tem a placa na frente. São poucos escondidos que pegam a moto por trás – então, a grande maioria é para multar de longe.

Aqueles do revolverzinho que te pegam lá a um quilômetro de distância, o que nós precisamos fazer é uma conscientização através de uma educação no trânsito, de conscientização, e não tomando mais dinheiro ainda do motorista, do usuário que já paga tanto: IPVA, paga seguro obrigatório, paga licenciamento e tem tantos problemas na estrada. Sem falar dos acidentes que são causados no Sem Parar porque a maldita cancela, que deveria ser cobrada eletronicamente, que nós debatemos na última Comissão.

Isso é uma responsabilidade da concessionária que repassa para as empresas; é outro caça-níquel, outra arrecadação, que é uma vergonha no estado de São Paulo. Então, queria colocar aqui essas menções, esses repúdios e, principalmente, sobre as distâncias dos pedágios.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Com a palavra o Deputado Xerife do Consumidor, último inscrito.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Sr. Presidente, como eu falei em um aparte concedido pela deputada Analice Fernandes anteriormente, eu acho que V. Exa. poderia marcar fiscalizações pontuais para que esta Comissão possa constatar tudo que está acontecendo, e levar em conjunto, também, o representante da Artesp, porque, na verdade, é muito importante que a Artesp passe a cumprir o seu papel que, até agora, não está cumprindo: o papel de agência reguladora,

que precisa regular a relação entre o usuário e o poder público e as concessionárias. Mas, não é o que a gente está vendo acontecer.

De forma que, hoje, é o cidadão dentro do estado de São Paulo sabe... Você que paga os pedágios, precisa passar todos os dias em determinadas estradas, você sabe que não está tendo as melhorias devidas. Então, Sr. Presidente, a gente vê e se depara com uma informação, inclusive por parte do diretor de operações do DER dizendo que o radar precisa estar escondido. A gente vê com clareza aquilo que colocou a deputada Analice Fernandes, aquilo que colocaram os nobres deputados Camarinha e o Gambale.

Porque, na verdade, está sendo um balcão de multas, Sr. Presidente; um balcão de multas. O objetivo é arrecadatório, o objetivo é de arrecadar. Estão querendo arrecadar às custas do cidadão, às custas do consumidor que paga os seus impostos – e de todas as formas – e aí paga pedágio, paga IPVA, e não tem segurança, porque, se eu quero prevenir os acidentes, a primeira coisa que eu tenho que fazer, que preciso fazer, é cobrar posicionamento das concessionárias para que deixem as estradas em situação satisfatória, para que esse usuário tenha condições de andar com segurança.

Agora, imagine só esses buracos, essas estradas mal conservadas. De repente provoca muito mais acidentes do que muitas vezes até essa curva, esse próprio lugar perigoso. Eu acho que a conservação das estradas está sendo o principal fator hoje de reclamação de muitos consumidores, Sr. Presidente. Eu acho que é muito triste a gente entender que objetivo seria aquilo que nós já imaginávamos: o objetivo do tal radar, da tal maquininha, é simplesmente arrecadar, é multar.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Antes de passar a palavra aos dois convidados que aqui estão – que gentilmente aceitaram o convite para trazer essas informações de fundamental importância para esta Comissão –, eu quero deixar os senhores cientes de que nós temos um Projeto de lei 679/2016 de nossa autoria, na qual nós dispomos da obrigatoriedade da administração pública estadual divulgar, em seu site institucional, a localização de todos os radares de fiscalização e os respectivos limites de velocidade. Ou seja: você vai sair de casa, entra no site institucional e você é conhecedor e sabedor de onde estão os radares, porque os radares, na nossa concepção, têm a missão de educação, são educativos e não punitivos. Eis a questão de nós idealizarmos nesse Projeto de lei que está na ordem do dia.

Eu pediria ao deputado Vinícius Camarinha que, como coordenador dos projetos dos Srs. Deputados, e os demais que aqui estão e são líderes das suas bancadas, se aqui

alguém de vocês for líder, para levar para o Colégio de líderes para a gente aprovar em regime de urgência esse Projeto, que vai de um anseio do que nós estamos aqui conversando na data de hoje.

Eu deixei uma cópia para cada deputado para tomar ciência e ver a necessidade, e nós temos que ter o Projeto aprovado para acabar com todo o problema que nós estamos discutindo aqui hoje.

Quero aqui passar a palavra ao Sr. Alberto e ao Sr. Alexandre para que façam o uso dela e respondam às questões que aqui foram feitas pelos pares desta Comissão.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Respondendo o questionamento do deputado Camarinha com relação às lombadas eletrônicas, elas foram instaladas recentemente nessas duas últimas concessões nossas, na Entrevias e na ViaPaulista. Hoje, nós temos lombadas eletrônicas instaladas nessas duas concessionárias que registram o excesso de velocidade na passagem das pistas automáticas.

Com relação à observação que o senhor fez, com relação à rodovia do Contorno da 294, lá em Marília, com relação às obras de recuperação e de conservação, eu vou questionar e verificar dentro da agência e retorno ao senhor formalmente de que era a obra e do que estava sendo realizado lá.

Com relação ao questionamento do Sr. Deputado Rodrigo Gambale...

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente. Acho que o senhor esqueceu só de responder em relação às empresas terceirizadas, como fica o contrato com as empresas operadoras de radares.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Esta será respondida pelo DER.

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Só complementando o que o Sr. Alberto estava falando, são 22 equipamentos de lombadas que nós colocamos e fizemos um estudo, junto com as concessionárias, para melhor educar o pessoal para passar na praça de pedágios. Estava havendo muito conflito, o pessoal estava se perdendo na hora do tag não funcionar, algumas colisões.

E o que nós fizemos? Nós colocamos estes testes nessas duas concessões para ver se vai reduzir o número de acidentes.

E outra coisa, você não é multado a 41 quilômetros por hora, você tem uma margem. Você pode chegar até 47 quilômetros por hora: você tem todo um cálculo e você não é multado somente com quilômetros de diferença. Você pode chegar até 48 quilômetros por hora ali que você não é multado ainda.

A parte dos contratos, não fica nada para as concessionárias, todo dinheiro vai para o DER e ele investe em outras coisas na rodovia. Não posso te afirmar do que é separado, e sim o que é investido.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Só uma coisa: eu não me refiro aos valores para as concessionárias, e sim às empresas terceirizadas que operam o radar, não as concessionárias. As concessionárias terceirizam para outra empresa.

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - A concessionária terceiriza essa empresa e não vai nada para esta empresa.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - E nas rodovias do DER quem é que terceiriza?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - O DER contrata essa empresa, mas não fica nada para a empresa.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Qual modalidade de contratação?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Terceirização e licitação.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - E as empresas terceirizadas não ficam com nenhum percentual?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Dos valores decorrentes de multas, não. Nós pagamos por mês a locação dos equipamentos. Nós não compramos os equipamentos, locamos, e eles operam e nós pagamos a locação. Eles operam e todo dinheiro de infração vem para o órgão.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Então os radares nas praças de pedágio estão em fase de teste?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Estamos fazendo testes nestas duas concessionárias e vamos ampliar para as outras, mas está em estudo ainda.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Há uma alternativa, se não forem os radares?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Tentamos algumas outras alternativas como pintura de solo, redução da passagem, mas mesmo assim estava tendo muita dificuldade, o radar foi essa última alternativa nossa.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Obrigado.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Com relação ao questionamento feito pelo deputado Rodrigo Gambale, da distância mínima entre praças de pedágios, na realidade também é uma outra pauta que pertence a uma outra diretoria. O que nós sabemos, o que a gente estuda, é que existe o TCP – o trecho considerado de pedágio – que trabalha e que faz a mensuração por eixo de rodovia.

Então, o senhor tem tipo a SP-280, então, a cada 40 quilômetros tem uma praça é 40 quilômetros para lá e 40 quilômetros para cá. Então, qualquer alteração que possa haver nesse espaço de 80 quilômetros, de uma duplicação ou qualquer coisa assim, acaba gerando um reequilíbrio na tarifa, conforme previsto em contrato. Mas, isso novamente se reporta a uma outra diretoria que faz os cálculos de onde devem estar as praças e as distâncias e o que será implementado aí. E a cada benfeitoria que for feita na rodovia, isso gera um impacto na tarifa de pedágio, conforme contrato.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - O senhor sabe dizer qual é a diretoria da Artesp?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - É a diretoria de controle econômico financeiro junto com a nossa diretoria de assuntos institucionais.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Só uma pergunta para o senhor: como cidadão, uma distância entre dois pedágios com dez quilômetros de distância...

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Depende se eles estiverem eixo de rodovias diferentes, porque cada um corresponde ao trecho considerado de pedágio.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - O senhor, como usuário, não como entendedor, o senhor acha natural dois pedágios em uma distância de dez quilômetros?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - É evidente que, para o leigo, torna-se uma situação estranha, evidente.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Eu quero saber para o trabalhador...

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Para a pessoa, eu sou trabalhador, felizmente vim aprender também isso depois que eu vim para a agência, não é? Eu sou usuário de rodovia também, diariamente eu pago pedágio de onde eu moro, claro que fica difícil esse entendimento, mas tecnicamente as diretorias que cuidam disso trabalham então em cima de eixos de rodovias e não em distâncias de praças, porque você pode ter um cruzamento de rodovias onde as praças podem ficar próximas, entretanto cada uma delas tem um cálculo de valor de tarifa diferente considerando os trechos diferentes.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Mas a pergunta do Gambale...

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - O senhor conhece a Rodovia João Melão?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Não é na mesma rodovia? É a mesma rodovia.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Exatamente, na mesma rodovia. Como cidadão, o senhor acha que é justo cobrar dez quilômetros de distância? Se alguém mora

em uma cidade e vai trabalhar na outra do lado – porque as cidades do interior são pequenas, então é natural que a quilometragem entre uma e outra seja longa –, é natural a cada dez quilômetros ter um radar para tarifar o trabalhador?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - É evidente que não, até porque, para ser direto, não saberia dizer se ambas as praças de pedágio que o senhor está citando se elas se reportam ao mesmo trecho considerado de pedágio, não saberia dizer.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - No mesmo trecho da mesma rodovia. Então, já que o senhor não acha normal, por gentileza, através da Artesp, fiscalize isso na Rodovia João Melão.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Posso retornar ao senhor depois?

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Por favor. Na altura do quilômetro 40, entre Pratânia e Avaré. O pedágio novo é fresquinho, vai ser difícil tirar ele de lá porque acabaram de montar o novo pedágio, a nova praça.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Vou verificar e retorno para o senhor.

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Só respondendo ao Projeto de lei, hoje o DER já disponibiliza 100% os equipamentos dos radares no site do DER. Se você entrar no DER, você vai encontrar a localização de cada um deles.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - E caso o radar esteja fora do sistema apontado pelo DER on-line e ocorrer a multa? Se recorrer da multa, o cidadão usuário da rodovia que for multado, ele ganhará a causa ao passo de recorrer?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - O que acontece: é necessário você informar aos usuários onde estão os radares. Eu posso informar via site ou via telefone; se estiver indisponível, ele pode ligar no DER, no 0800, que a gente vai informar para ele qual a localização dos radares.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Daí não estando nesse local informado pelo DER é legal essa multa?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Não estando no site do DER o lugar a multa é ilegal e pode recorrer.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Tem mais alguma pergunta que ficou prejudicada pelos senhores deputados aqui, que não foi respondida?

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - A minha pergunta lá do interior, sobre onde as multas são aplicadas, o Sr. Alexandre não soube responder dizendo que ele sabe que as multas vão todas para o Detran – para o DER, perdão, DER –, mas ele não saberia explicar onde esses recursos são utilizados.

Também foi explicado que a concessionária tem a finalidade e ela pode abrir um processo licitatório para contratos de radares estáticos. Foi isso que foi afirmado também? Não só o DER, a concessionária também pode desenvolver este papel? A multa, se ela é todinha captada, é quem fez o convênio e contrato com a empresa para esses radares, ela não, é óbvio que ela vem para o caixa da concessionária e não para o caixa do DER.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Na realidade, em toda essa operação a concessionária não tem acesso ao equipamento que fez a multa. Os resultados da apuração das fotos, vamos assim dizer, e os registros, eles são encaminhados por internet ou retirados pelo funcionário do DER, que leva para o setor de multas do DER, que é criptografado e é descriptografado, e a concessionária não tem acesso a esse material e a essas informações. O material é retirado e encaminhado ao DER porque tem lá um setor de multas que recebe esse material e trabalha esse material.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - A multa em si, onde ela é aplicada, quando ela é lavrada, ela vai para um caixa único e específico do DER?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - A receita do DER.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Isso, a receita do DER em multas e onde essas multas, esse recurso é aplicado? Também não soube explicar, e isso o

Alexandre não me disse, ele acabou falando: “Olha, eu sei que vai para o DER, mas eu não sei onde é utilizado e nem como é aplicado”. Eu gostaria de solicitar ao presidente que encaminhasse, uma vez que nós não ficamos satisfeitos com a resposta dada pelo Sr. Alexandre, que o DER explicasse para esta Comissão onde ela é utilizada e de que forma é feita e quem determina onde o recurso é utilizado. E se ela foi lavrada num determinado trecho, que essa multa seja convertida justamente para esse trecho onde ela foi lavrada ou, se ela cai num caixa geral e vai para outras finalidades que o DER determina.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Deputada, a secretaria desta Comissão irá fazer um requerimento ao DE, um ofício, e podemos também, para redimir qualquer dúvida, questionar também a Artesp nesse sentido da vossa colocação. Será feita imediatamente para a gente apresentar já na próxima, aprovar aqui, o ofício. Não é requerimento. Nós vamos encaminhar.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - E sobre a situação financeira da SPMAR.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sim.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Por que ela não cumpre o contrato, que também o Dr. Alberto não soube explicar.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Nós faremos esse questionamento. Mais alguma colocação dos pares?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Só complementando a pergunta, conforme o Código de Trânsito, 90% dos valores arrecadados vão para engenharia, conservação e vão para sinalização, isso é pelo Código, os outros 10%, então, não é minha área e não é minha diretoria, se cai em um global e onde é investido.

Com relação ao radar do quilômetro 315 da SP-280, havia pelo DER um contrato de 42 equipamentos de radares fixos e OCR leitores de placas. Esse contrato acabou em 2015, nós iniciamos um novo processo licitatório em 2013 e só foi findado agora em 2019 por diversos motivos, falta de recursos etc. Agora, daqui uns quatro meses, nós já vamos colocar esse radar novamente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - E esse ponto ele está assim apto a receber vocês? Vocês têm um levantamento dos pontos obscuros que existem no Estado?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - O DER, antes de colocar qualquer equipamento, ele faz todo um estudo técnico, um levantamento de tudo. O Estado tem diversos pontos obscuros se fosse colocar em contrato em radar fixo todos os pontos obscuros com possível acidente, a cada três ou quatro quilômetros nós teríamos um radar.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Mas aí é um caso excepcional que está morrendo gente. Eu gostaria que a secretaria desta Comissão oficializasse o DER na questão da Rodovia SP-280 Castelo Branco, quilômetro 315, que vai ser reativado o radar fixo que ali existia. Mais algum questionamento dos senhores pares, senhores que estão aqui, de livre espontânea vontade?

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Com a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Gambale.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Quanto custa cada radar para o DER, a locação, o senhor tem ideia?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - Depende da oferta da empresa. Como é um processo licitatório, a empresa oferece um valor menor, hoje estamos pagando, em média, 2.300 reais por equipamento.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - E aí o que arrecada fica para o DER?

O SR. ALEXANDRE FRANHAN DE MORAES - O que arrecada é do DER.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - O.k.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Quero agradecer aqui a presença do Sr. Alberto e agradecer a presença do Sr. Alexandre que, de livre e espontânea vontade, estiveram aqui respondendo aos questionamentos dos deputados desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *